



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

TC - 039 / 18

**Termo de Colaboração** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARÍLIA** e a **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE MARÍLIA - ASAMA** objetivando a parceria para a concessão de subvenção à entidade para atendimento a aposentados e pensionistas com a prestação de serviços de caráter educacional e social de acordo com o Plano de Trabalho aprovado referente ao ano de 2018.

O **MUNICÍPIO DE MARÍLIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 44.477.909/0001-00, com sede na Prefeitura Municipal, situada na Rua Bahia, n.º 40, nesta cidade de Marília, Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, representada pelo Secretário Municipal, RENATO AUGUSTO MICHELETTI, denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE MARÍLIA - ASAMA**, organização da Sociedade Civil (OSC), entidade de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.512.663/0001-26, com sede na Avenida Tiradentes, n.º 858, Centro, CEP: 17519-000, nesta cidade de Marília, Estado de São Paulo, neste ato representada por, JOSÉ ROBERTO PEREIRA DA SILVA, presidente da entidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.672.837, SSP/SP, CPF n.º 450.082.488-04, denominada **ENTIDADE**, partes ao final assinadas, celebram o presente **Termo de Colaboração**, sujeitando-se à **Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações**, regulamentada, em âmbito municipal, pela **Lei Municipal n.º 8.055, de 20 de janeiro de 2017** e pelo **Decreto Municipal 12.104, de 29 de agosto de 2017** e, no que couber, o Município também se valerá da regulamentação do Governo Federal em seu Decreto n.º 8.726 de 25 de abril de 2016, na ausência de regulamentação municipal, bem como do **Decreto Municipal n.º 11.001/13, modificado pelo Decreto Municipal n.º 11.006/13**, bem como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, consoante o processo de **Chamamento Público n.º 005/17: (Protocolo n.º 36.190/17)**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente **Termo de Colaboração**, decorrente de processo de **Chamamento Público n.º 005/17**, tem por objeto concessão de subvenção referente aos meses de janeiro a dezembro de 2018 para a execução por parte da entidade de serviços de caráter educacional e social para atendimento a aposentados e pensionistas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 – A **ENTIDADE** fará o atendimento, conforme detalhado no Plano de Trabalho, devendo relacionar mensalmente as substituições que porventura tenha feito no período de vigência desta **Colaboração**;

1.3 - Fica reservado ao **MUNICÍPIO**, através da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, o direito de encaminhar e validar outros aposentados e pensionistas para atendimento na **ENTIDADE**, desde que respeite a capacidade de acolhidos estipulada no parágrafo primeiro.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

### I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **ENTIDADE**;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do **Termo de Colaboração**;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
  - h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
  - i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
  - j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## II - DA ENTIDADE:

- a) Executar o serviço socioassistencial a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;
- b) zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a política nacional de Assistência Social vigente;
- c) proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;
- d) manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas aos objetivos desta **Colaboração**;
- e) aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na prestação dos serviços objeto desta **Colaboração**, conforme estabelecido na cláusula primeira;
- f) apresentar, mensalmente, ao **MUNICÍPIO**, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;
- g) prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme cláusula oitava da presente **Colaboração**;
- h) manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente **Colaboração**;



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- i) assegurar ao **MUNICÍPIO** através do Setor de Monitoramento e Avaliação e ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta **Colaboração**;
- j) apresentar trimestralmente, na ocasião da prestação de contas, cópias de CND, CRF, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;
- k) atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;
- l) apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária, mantendo e movimentando os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da **Lei Federal nº 13.019/14**;
- m) apresentar lista com nome e número da Carteira de Identidade e Previdência Social de cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que nenhum outro empregado seu, além daqueles discriminados na referida relação, trabalharão na execução da **Colaboração**, exceto se a substituição ou a inclusão de um deles for previamente comunicada à Administração, observando-se a mesma exigência de identificação, com nome e número da Carteira de Identidade e da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado substituto ou incluso;
- n) declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condição para o pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou houver a inclusão de novo empregada, hipóteses nas quais o contratado deverá identifica-lo na forma prevista no inciso anterior;
- o) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste **Termo de Colaboração**, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- p) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da **Lei Federal nº 13.019/14**;
- q) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, bem como aos locais de execução do objeto;



- r) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- s) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no **Termo de Colaboração**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da **ENTIDADE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente **Termo de Colaboração** é de R\$ 15.336,00 (quinze mil, trezentos e trinta e seis reais).

3.2 – O MUNICÍPIO transferirá, para execução do presente **Termo de Colaboração**, recursos no valor de R\$ 15.336,00 (quinze mil, trezentos e trinta e seis reais), base mensal de R\$ 1.278,00 (mil, duzentos e setenta e oito reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

Órgão n.º 02;

Unidade Orçamentária n.º 02.04;

Categoria Econômica n.º 3.3.50.43; e

Funcional Programática n.º 04.121.0219.2.320.

## CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da **ENTIDADE**, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste **Termo de Colaboração**, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do **Termo de Colaboração** ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da **ENTIDADE** em relação a obrigações estabelecidas no **Termo de Colaboração**;

III- quando a **ENTIDADE** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente **Termo de Colaboração** deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ENTIDADE**, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;  
e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

## CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente **Termo de Colaboração** vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31 de dezembro de 2018, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.1.1 - Na publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do MUNICÍPIO, deverá conter os seguintes elementos:

I - espécie, número do instrumento, nome dos partícipes;

II - resumo do objeto;

III - data da assinatura;

IV - valor; e

IV - prazo de execução/vigência.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da **ENTIDADE** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente **Termo de Colaboração**, observado o limite previsto na **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014**.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO, de ofício, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente **Termo de Colaboração**, independentemente de proposta da **ENTIDADE**, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado, observado o limite previsto na **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014**.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do **Termo de Colaboração** ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da **Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014**, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela **ENTIDADE** na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo **Termo de Colaboração**;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **ENTIDADE**, o **MUNICÍPIO** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da **ENTIDADE**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **ENTIDADE** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela **ENTIDADE** deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos no **Decreto Municipal n.º 12.104, de 29 de agosto de 2017**, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da **ENTIDADE** e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;





# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º - A **ENTIDADE** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do **Termo de Colaboração** dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela **ENTIDADE**, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do **Termo de Colaboração**, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O **MUNICÍPIO** considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do **Termo de Colaboração**.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da **Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014**, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na **Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014**, devendo concluir, alternativamente, pela:



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a **ENTIDADE** sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da **ENTIDADE** ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a **ENTIDADE** poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no **Termo de Colaboração** e a área de atuação da **ENTIDADE**, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a **ENTIDADE** deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste **Termo de Colaboração** com alteração da natureza do objeto.

9.3 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do **Termo de Colaboração**.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da **Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014**, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ENTIDADE** parceira as seguintes sanções:

- I - advertência;



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **ENTIDADE** ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do **Corregedor Geral do Município**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste **Termo de Colaboração**.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da **ENTIDADE** e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo **ESTA** formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra **ENTIDADE** que se proponha a fim igual ou semelhante ao da **ENTIDADE DONATÁRIA**, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste **Termo de Colaboração**, sob pena de reversão em favor do **MUNICÍPIO**.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de **Termo de Colaboração** poderá ser:

I - **denunciado a qualquer tempo**, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o **prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência** para a publicidade dessa intenção;

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente **Termo de Colaboração** ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este **Termo de Colaboração** serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de **Termo de Colaboração**, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.


## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste **Termo de Colaboração**, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Marília/SP, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Marília, 10 de fevereiro de 2018.

Pelo Município:

  
**RENATO AUGUSTO MICHELETTI**  
Secretário Municipal de Direitos Humanos

Pela Entidade:

  
**JOSÉ ROBERTO PEREIRA DA SILVA**  
Presidente

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

Nome: Valdir Tama dos Santos  
OAB/SP 185.292

RG: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Nome: Kelvis Augusto Ferreira

RG: 50.085.045-8

REGISTRADO sob nº <u>TC-039/18</u>
Marília, <u>10</u> de <u>02</u> de <u>2018</u>
<u>Monica Duarte da Silva</u>
Divisão de Contratos



# Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARÍLIA / PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE MARÍLIA - ASAMA

Termo de Colaboração n.º: **TC - 039** /18

OBJETO: Termo de Colaboração – subvenção – referente aos meses de janeiro a dezembro de 2018 para a execução por parte da entidade de serviços de caráter educacional e social para atendimento a aposentados e pensionistas de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

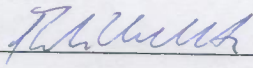
Marília, 16 de fevereiro de 2018.

### MUNICÍPIO:

Nome e cargo: RENATO AUGUSTO MICHELETTI / Secretário Municipal

E-mail institucional: sj@marilia.sp.gov.br e sjc@marilia.sp.gov.br

E-mail pessoal: renato.amz@hotmail.com

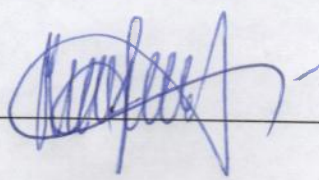
Assinatura: \_\_\_\_\_  


### ENTIDADE:

Nome e cargo: JOSÉ ROBERTO PEREIRA DA SILVA – Presidente

E-mail institucional: asama-marilia@hotmail.com

E-mail pessoal: asama-marilia@hotmail.com

Assinatura: \_\_\_\_\_  




# *Prefeitura Municipal de Marília*

Estado de São Paulo

---

Termo de Colaboração n.º TC- 039 / 18

## **ANEXO I**

### **Plano de Trabalho**





## Associação dos Aposentados e Pensionista de Marília.

Av. Tiradentes, 858 – Fragata A e B – Marília (14)3433-8701.  
CNPJ 51.512.663/0001-26 Inscrição Isento  
DECLARADA DE UTILIZADA PUBLICA LEI 3174 DE 29/10/1986  
Email: asama-marilia@hotmail.com

CHAM. Nº
005-17
FL. VOTO
209 au

### PLANO DE TRABALHO 2018

Nome da Entidade:		CNPJ:		
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Marília		51.512.663/0001-26		
Endereço:				
Av. Tiradentes, 858				
Cidade:	UF: SP	CEP:	DDD/telefone	E-mail:
Marília	São Paulo	17519-000	(14) 3433-8701	asama-marilia@hotmail.com
Nome do responsável (Presidente):		CPF:	Órgão Expedidor/UF:	Cargo:
José Roberto Pereira Silva		450.082.488-04	5.672.837	Presidente
Endereço:			CEP:	
Rua- Ramão Pardo, 60			17519-210	

#### • DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Título (Nome Fantasia)	Período de execução	
	ASAMA	Início: 01/01/2018
Tipo de Serviço: Atendimento Aposentados e Pensionistas (dependentes) de Marília e Região. (Atendimento benefícios, convênios médicos, culturais, esportivos e lazer).		
Identificação do Objeto: Constitui objeto deste a seleção de organização da sociedade civil para formalizar Termo de Colaboração para a gestão de Entidade sem fins lucrativos e transparência de recursos financeiros destinados ao atendimento de aposentados e pensionistas, assim como seus dependentes/população de Marília e Região – Prazo 12 meses.		

Publico Alvo: Aposentados e Pensionistas		
Local de Execução: Rua: Av. Tiradentes, nº 858		Bairro: Fragata A e B
Telefone: (14) 3433-8701		
Coordenador: José Roberto Pereira Silva		
Técnico responsável técnico do projeto: Julia Fernanda Rodrigues dos Santos		
Endereço do Responsável Técnico: Av. Maria Fernandes Cavallare, 2263 Apto 21 Bairro Jardim Cavallare	DDD/telefone (14) 99717-2707	E-Mail juliafrsantos@hotmail.com

• **JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**

O presente plano é para atender a necessidade da entidade de assistência social de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo auxiliar a população em geral e aos aposentados e pensionistas, bem como seus dependentes, visando a qualidade de vida e o acesso a melhores condições sociais, contribuindo para o amparo social, recreativo, jurídico e à saúde, princípios basilares (dignidade da pessoa humana) que são constitucionalmente assegurados. A Associação tem como principal finalidade "prestar serviços de assistência médicas e acolhimento institucional. Tais atividades desenvolvidas ganham cada vez mais importância no contexto organizacional, as pessoas tornam-se "chave de sucesso", sendo vistas não apenas como usuários; a diversidade em nossas vantagens abrange planos de saúde que oferece uma das faixas de mensalidades mais baratas na área de atendimento ambulatorial e hospitalar. Considerando-se as vantagens e os "custo - benefícios" destes convênios.

O Lazer e a disponibilidade de espaço para atividades lúdicas e esportivas são necessidades básicas do cidadão e há que se compreender que o esporte e as demais atividades corporais são essenciais para o desenvolvimento mental e comportamental do ser humano; para os quais devemos dar valor e reivindicarmos o acesso a todos, sendo que posicionamentos podem ser adotados e conhecidos como atos de promoção social.

**Objetivo Geral**

Promover a integração social e a melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente dos aposentados e pensionistas, seguindo os parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, prevenindo a ocorrência de situações de risco social, fortalecendo a convivência comunitária, promovendo acesso a benefícios e serviços, em especial da saúde, cultura e lazer, contribuindo e estimulando o desenvolvimento dos usuários e as experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, de novas sociabilidades, fortalecendo o desenvolvimento de atividades o respeito, a solidariedade e os vínculos comunitários, proporcionando trocas de experiências e vivências.

A proposta pretende alcançar maior destreza no atendimento, criando-se uma relação entre associação e usuários/dependentes/família atingindo-se o ápice de excelência na execução de suas funções desempenhadas com zelo, dedicação e eficiência.

**Conteúdo programático**

1. Atendimento
2. Programação, atividades socioeducativas
3. Serviços prestados convênios
4. Organização Atendimento
5. Ética
6. Atendimento técnicos profissionais/Gerenciando Conflitos
7. Viabilização do tratamento médico, através de suporte social, psicólogo e material
8. Relacionamento usuários
9. Trabalho em Equipe
10. Compartilhamento

**Objetivos Específicos**

O objetivo da associação é atender a necessidade da população auxiliando e visando à qualidade de vida e garantir o acesso a melhores condições sociais destes cidadãos aposentados e pensionistas bem como seus familiares dependentes contribuindo assim para o amparo social, cultural, recreativo, jurídico e saúde. Prestando serviços de assistência médica e acolhimento institucional, oferecendo benefícios que visa à qualidade de vida dos aposentados como meio de alcançar o objetivo de direito, atendimento, tratamento, exercícios da cidadania.

A proposta pretende alcançar maior destreza no atendimento, promovendo novas parcerias criando-se uma relação entre associação e usuários atingindo o ápice de excelência na execução de suas funções desempenhadas com zelo, dedicação e eficiência. Os métodos serão desenvolvidos a partir da realização de apresentações, discussões de conceitos e de "case Municipal" através de atividades individuais e em grupo. A abordagem metodológica utilizada considera também o uso de situações metafóricas e associações com outros cenários que permeiam a vida pessoal e profissional.

Objetivo específico	Dados
1-estimular ações de bem-estar	atendimento médico, tratamento qualificados, profissionais especializados.
2-investimentos em pequenas empresas, fixando conjuntamente profissionais	Criar fatores clínicos, atendimento parcial, preventivo, fixando conjuntamente profissionais.
3-viabilização tratamento médico	Através de suporte social e psicológico.
4-melhoria na qualidade de vida dos assistidos	Prevenção e minimização de problemas trazidos pelas doença, diminuindo preconceito quanto a doenças junto aos familiares e a sociedade.
5-reuniões mensais	Dinâmicas em grupo.
6-resgate do núcleo familiar	Problemas trazidos pela doença, prevenção, acesso ao atendimento.
7-fazer diagnóstico da situação atual das atividades	Análise de documentos, autorizações de guias e exames, acesso ao tratamento clínico e hospitalar.
8-definir parâmetros de avaliação gastos	Análise técnico de documentos e informações, reunião com diretoria/órgão gestor.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

• **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
			Participantes	Ações	01/01/2017	31/12/2017
1		<b>Ações administrativas</b>				
	1.1	Análise de documentos, custo-benefício, treinamento e desenvolvimento				
	1.2	Diagnósticos técnicos, planilhas, organização documento, manutenção, programação, boletim informativo, avisos, lista aniversariantes				
	1.3	Ficha cadastral, informações aos usuários, análise, pesquisa junto SPC, autorização consultas agendadas com médicos qualificados, liberação exames intranet,				
	1.4	Reuniões mensais, debate diversos assuntos, orientação e discussão temas.				
	1.5	Atrair e reter usuários, estratégia e organização empresa, definir padrão de avaliação de desempenho.				
2		<b>Ações Junto as Famílias</b>				
	2.1	Atendimento individualizado, tratamento médico, recreativo, jurídico				
	2.2	Projetos de expressão corporal , controle pressão arterial, jogos e turismo				
	2.3	Home care, atendimento clinico e laboratoriais				
	2.4	Assessoria de diferentes assuntos, ressaltando o caráter preventivo de doenças do corpo e da mente.				
	2.5	Reuniões , boletim informativos				
3		<b>Ações junto aos usuários</b>				
	3.1	Autorização de guias médicas pelo convênio Unimed				
	3.2	Clareza e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, modo individual e específico.				
	3.3	Dinâmicas de alongamento corporal				
	3.4	Liberação de exames via intranet				
	3.5	Auxilio de informações tecnológicos individualizado				
	3.6	Controle de pressão arterial para se manter alerta				
	3.7	Informações aos usuários, folhetos preventivos				
	3.7.1	Gerando informações que permitam a tomada de medidas corretivas				
	3.7.2	Identificar problemas, analisar as evidências e propor soluções.				
3.7.3	Acompanhamento continuo e cotidiano para execuções de consultas agendadas, atividades de lazer.					
4		<b>Ações Técnicas</b>				
	4.1	Avaliação de satisfação atendimento, análise de documentos, custo-benefício, treinamento e desenvolvimento, planilhas, organização documento, manutenção, programação, boletim informativo, avisos, lista aniversariantes				
	4.2	Medidas corretivas para aprimorar o serviço				

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

4.3	Identificar problemas, analisar, prevenir e decidir
4.4	Reunir, coordenar equipes técnicas
4.5	Execuções através das diretrizes do órgão gestor
4.6	Acompanhamento contínuo e cotidiano à execuções das ações que compõem a grade de atividade.
4.7	Tomada de medidas para aprimorar a operacionalização
4.8	Propor soluções sempre que necessário
4.9	Controle de objetos e metas de modo a gerar informações
4.10	Capacitações e aprimoramentos junto ao atendimento

### Metodologia

Ações administrativas: contratação de equipe técnica- Os convênios firmados terão técnicos capacitados e aperfeiçoamento nas atividades realizadas, satisfação atendimento, análise de documentos, custo-benefício, treinamento e desenvolvimento, planilhas, organização documento, manutenção, programação, boletim informativo, avisos, lista aniversariantes.

Instrumentos/materiais utilizados: recursos, mão de obra e espaço físico; feitos por colaboradores para exercer a função de atendimento aos usuários, planejamento de atividades das oficinas e aprimoramento da equipe técnica.

Reuniões técnicas/ coordenação/ equipe: trata-se de espaço de estudos teóricos, de assessoramento e de treinamento em contexto de execução através das diretrizes do órgão gestor, para a compreensão da dinâmica do trabalho e a legitimidade das ações.

O atendimento técnico individualizado aos usuários/ família, com a finalidade de conhecer as suas necessidades, bem como obter dados e compreender a dinâmica familiar social.

Os projetos expressão corporal: trata-se de uma atividade socioeducativa através de movimento do corpo e da dança, com vistas a desenvolver a integração social, conhecimento do corpo, equilíbrio, flexibilidade, prazer e descoberta de talentos oportunizando o desenvolvimento social, as atividades ocorrerão uma vez por semana com duração de 40 minutos.

Há dois perfis considerados para o desenvolvimento, o público que possui contato freqüente e relação direta com associação, considera-se a carga horária de 8 horas diárias que atuam semanalmente na "linha de frente" junto aos usuários. Não há requisito técnico mínimo.

O segundo voltado para os diretores, vice e conselho deliberativo, que gerenciam a associação e tem horário flexível, com menor freqüência de contato direto junto aos sócios, que irá contemplar diferentes aspectos e abordagens dos assuntos e temas presentes no conteúdo programático. Não há requisito técnico mínimo é de acordo com a necessidade e disponibilidade

CHAM. Nº	035-17
PL. Nº	215
DTA	de

• RECURSOS FISICOS

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	01	Fogão
02	02	Televisor
03	60	Cadeiras
04	12	Mesas
05	01	DVD
06	07	Computadores
07	02	Impressora
08	02	Telefone
09	01	Fax
10	02	Freezer
11	02	Armários
12	01	Aparelho som
13	02	Escrivaninha
14	01	Microondas
15	02	Sofa
16	01	Rack
17	02	Ventiladores Móveis
18	06	Ventiladores Fixo

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	01	Fogão
02	02	Televisor
03	60	Cadeiras
04		Mesas
05	01	DVD
06	07	Computadores
07	02	Impressora
08	02	Telefone

• RECURSOS MATERIAIS

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	01	Sala
02	01	Pátio
03	01	Cozinha
04	03	Banheiros
05	01	Sala de reunião
06	01	Recepção
07	01	Banheiro adaptado
08	01	Sala de oficina socieducativas
09	01	Churrasqueira

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

- RECURSOS HUMANOS

Nº	Função	Carga Horária	Salário Valor Bruto	Fonte Pagadora
001	Secretaria	8 horas diária	1.295,00	Recursos próprios
002	Secretaria /atendente	8 horas diária	1.564,00	Recursos Próprios
003	Secretária/Responsável técnica	8 horas diária	1.295,00	Recursos Próprios

- PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Requisito parcial para obtenção da verba concentrada em recursos de aluguel.

PLANO DE APLICAÇÃO-CUSTOS				VERBAS			
	REMUNER BÁSICA	TOTAL MÊS	TOTAL ANO	CO FINAN FEDERAL	CO FINAN ESTADUAL	CO FINAN MUNICIPAL	CO FINAN PRÓPRIO
ALUGUEL	1.895,91	1.895,91	22.750,92	0,00	0,00	15.336,00	7.414,92

- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

META	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
	1.278,00	1.278,00	1.278,00	1.278,00	1.278,00	1.278,00
META	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
	1.278,00	1.278,00	1.278,00	1.278,00	1.278,00	1.278,00

#### Informações adicionais

**Recursos próprios:** solicita autorização para depósito à conta da parceria, quando houver atraso no repasse de recursos, com a finalidade de cobertura de gastos relativos ao objeto, com os respectivos reembolsos depositados quando houver o repasse da parcela do cronograma de desembolso atrasada.



• DESCRIÇÃO DETALHADA DAS METAS/ INDICADORES

Estabelecer porcentagem do resultado que se pretende atingir e os indicadores a serem utilizados.

Pretendemos atender mais de 30% de usuários que ainda não possuem benefícios/médicos, odontológicos, hospitalares, laboratoriais.

Alem disso, oferecer incentivo a jogos lúdicos, e outras atividades voltadas ao lazer, incluindo nesse quesito viagens para todo território nacional.

	Objetivos	Indicadores	Metas
<b>Produto</b>	Reter e assegurar novos usuários	Índice anual (30%) Nº de usuários 25.200 para 32.760	35 %
	Qualidade, redução de custo e ganhos financeiros aparecem junto na melhoria e na qualidade atendimento.	Índice mensal (5%) Nº de ganhos e melhoria x 10	5 %
	Projetos junto a profissionais, e comprometimento da administração e organização	Índice de Projetos mensal (5%) Nº Projetos solicitados 30	5 %

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Como será efetuado, e os instrumentais a serem utilizados para este processo

A avaliação está presente dialeticamente em todo o processo do planejamento, pois quando se inicia a ação planejada, também dá-se início a avaliação, independentemente de sua formalização em documentos. Portanto, a avaliação não é o momento final, mas o momento em que o processo ascende a outro patamar, reconstruindo dinamicamente seu objeto, objetivos e procedimentos."

DIMENSÃO	MONITORAMENTO	AVALIAÇÃO
Objeto	Acompanhar, sistematicamente, ações e tarefas.	Examinar e analisar impactos e resultados, voltando-se para fins e propósitos.
Momento	Processo contínuo durante a execução do programa.	Processo situado antes, durante ou depois da execução do programa.
Objetivo	Garantir o desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado.	Analisar relações entre processo/resultado/impactos.
Atitude	Descritiva e corretiva.	Descritiva, interpretativa e experimental.
Recomendações	Ajuste no plano de trabalho ou na estratégia de execução.	Revisão de ações, recursos e metas.

Então, embora o monitoramento e a avaliação sejam atividades inter-relacionadas, não podem ser consideradas a mesma coisa. A principal articulação da avaliação com o monitoramento é que a avaliação utiliza extensivamente os dados gerados pelo sistema de monitoramento. (conforme site analisados). "O monitoramento, embora se relacione com a avaliação, é uma atividade gerencial que visa o controle de entrega de insumos de acordo com as metas e manutenção de calendário de trabalho. Nesse sentido, o monitoramento, seguimento ou acompanhamento, é um exame contínuo efetuado, em todos os níveis hierárquicos, pela administração do programa, para verificar como estão sendo executadas as atividades. Visa o desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado, caracterizando-se, portanto, como uma atividade interna realizada durante a execução do Programa.

DIMENSÃO	MONITORAMENTO	AVALIAÇÃO
Freqüência	Muito bom	Episódico (esporádico).

Ação Principal	Acompanhamento	Apreciação e julgamento.
Propósito principal	Melhorar a eficiência e ajustar plano de trabalho.	Melhorar efetividade, impacto e programação futura.
Foco	Insumos, produtos, processos, efeitos e plano de trabalho.	Efetividade, relevância, impacto e custo-efetividade.
Fontes de informação	Sistemas regulares, observação, relatórios, progressos e apreciações.	Sistemas regulares, observação, relatórios, progressos, apreciações e pesquisas específicas
Realizadas por:	Presidente, Diretores e coordenadores de programas, comunidades (beneficiários), supervisores e financiadores.	Gerentes e coordenadores de programas, supervisores, financiadores, avaliadores externos, comunidade (beneficiários).
Informa a:	Gerentes e coordenadores de programas, técnicos e comunidades (beneficiários).	Gerentes e coordenadores de programas, técnicos e comunidades (beneficiários).

• **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Reembolso por conta no atraso de repasse

• **REPRESENTANTE DA ENTIDADE**

Marília, 06 de Dezembro de 2017	Assinatura Presidente
Assinatura do coordenador	Assinatura do técnico

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*